

OPINIÃO

OLIBERAL

FILIADO À SOCIEDADE
INTERAMERICANA DE IMPRENSA - SIPANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALIS

Presidente

Lucidéa Batista Maiorana

Presidente Executivo

Romulo Maiorana Jr.

Diretor Jurídico

Ronaldo Maiorana

(OAB-PA 8667)

Diretora Administrativa

Rosângela Maiorana Kzam

Diretora Comercial

Rosemary Maiorana

Diretor Industrial

João Pojucam de Moraes Filho

Diretor de Marketing

Guarany Júnior

Diretor

José Luiz Sá Pereira

Editor-Chefe

Lázaro Moraes

O LIBERAL é editado por
Delta Publicidade S/A
CNPJ. (MF) 04929683/0001-17.
Inscrição Estadual: Isenta.
Municipal: 032.632-5

**Administração, Redação,
Centro Tecnológico Gráfico,
Publicidade**

Av. Romulo Maiorana, 2473.
CEP: 66.093-005.
Telefone: 3216-1000.
Endereço Telegráfico: JornalLiberal.
Belém, Pará, Brasil.

As opiniões emitidas em textos assinados
são livre manifestação do pensamento de
seus autores e não representam a opinião
do jornal.

**Sucursal Centro/
Centro-Oeste**

Gerente Executiva:
Silvana Scórsin

► **Brasília-DF**

SRTVN Q. 701 CONJ. C.
Ed. Centro Empresarial Norte,
Bloco B, sala 432. Cep. 70.719.900.
Fonefax (61)-3328-9394/3328-9396.
E-mail: sanab634@zaz.com.br

**Parceria comercial
em São Paulo**

Diretor:

Carlos Namur

► **São Paulo-SP**

Rua Tabapuã, 500 Conj-44 - Itaim Bibi
São Paulo - São Paulo (04533-990)
Fones: 11-3073-1450,
11-3073-1451 / 3073-1453,
11-98372-1763, 11-3073-1450
Carlos Namur (namur@oliberal.com.br)

Preço do exemplar

Zona I - Abaetetuba, Ananindeua, Arapari, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Concórdia, Dom Eliseu, Igarapé-Miri, Irituia, Itinga, Mãe do Rio, Moju, Mosquito, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Quatro Bocas, Salinas, Santa Izabel, Santa Luzia do Pará, Santa Maria, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tomé-Açu, Ulianópolis e Vigia.

► **Dias úteis R\$ 2,00**
► **Domingo R\$ 5,00**

Zona II - Almeirim, Altamira, Parauapebas, Conceição do Araguaia, Marabá, Monte Alegre, Monte Dourado, Portel, Porto de Moz, Redenção, Soure, Ourilândia do Norte, Tucumã, Tucuruí, Xinguara, Juruti, Santarém, Itaituba, Oriximiná e Óbidos.

► **Dias úteis R\$ 3,50**
► **Domingo R\$ 6,00**

Zona III - Brasília (DF), São Luís, Teresina, Recife, Tocantins, Fortaleza, Manaus e Boa Vista.

► **Dias úteis R\$ 3,00**
► **Domingo R\$ 7,00**

Zona IV - Demais Estados

► **Dias úteis R\$ 4,50**
► **Domingo R\$ 10,00**

Zona V - Macapá

► **Dias úteis R\$ 3,00**
► **Domingo R\$ 7,00**

Telefones de O LIBERAL

Reportagem:
3216-1138

Assinaturas:
3204-6000

Atendimento ao Assinante:
3216-1011

Classificados:
3277-9200

Comercial:
3216-1163 e 3216-1176

wandaengel

Renasce uma esperança

A educação no Pará tem vivido, nos últimos anos, a "síndrome da lanterna". Ocupar os últimos lugares no ranking nacional e ainda verificar atônito os índices descenderem ladeira abaixo, apesar dos esforços, não é uma situação nada cômoda.

Ainda mais para um estado com fantásticas possibilidades de desenvolvimento, como admitir que seu maior tesouro - as novas gerações de paraenses - esteja sendo jogado no ralo?

Sim, porque numa sociedade moderna, a chamada sociedade do conhecimento, não há lugar digno para quem não tenha, no mínimo, onze anos de boa escolaridade, ou seja, para quem não tenha concluído sua educação básica.

E o Pará vem convivendo com a triste realidade de que apenas três, dentre dez jovens, conseguem concluir o ensino médio. Sem contar com o fato de que apenas um deles revela desempenho considerado adequado em matemática.

Importante frisar que este grave problema vem afetando todos os setores. Estudos demonstram a estreita correlação entre escolaridade e: mortalidade infantil, desnutrição, violência, coesão social, crescimento e inovação, produtividade, uso consciente dos recursos naturais, além de pobreza e desigualdade. Na verdade, quebrar o ciclo intergeracional, reproduzindo a pobreza, depende essencialmente de garantir que os filhos de famílias pobres completem sua educação básica.

Ora, se a educação afeta inúmeros setores, ela também é afetada por eles. O menino que fracassa na escola, ou evade, vive em situação de pobreza, os adultos de sua família estão desempregados, subempregados ou na prisão, vivem um cotidiano de extrema violência, são mães ou pais precocemente, enfim, são o produto da falha de um conjunto de políticas. Assim, a educa-

ção sozinha não pode resolver os problemas que enfrenta.

Diante desta constatação, foi lançado em 2013 o Pacto pela Educação do Pará. Seu intuito era o de mobilizar setores afetados e interessados em melhorar os resultados educacionais, construir com eles uma agenda comum (metas, resultados e estratégias) e articular a contribuição de cada um em função desta agenda. Com isto, criar um efeito sinérgico capaz de aumentar o impacto das ações de todos. Simples assim.

É lógico que a construção de uma iniciativa, capaz de articular todos os esforços, em função do alcance de resultados, necessitava pautar-se por uma lógica suprapartidária, meta ideológica (seja lá que nome se possa dar), voltada prioritariamente para a construção de um futuro para as novas gerações, acima de interesses individuais ou corporativos. Proposta no mínimo difícil num ambiente social pautado pela polarização.

Mesmo diante da difícil tarefa, um grupo aguerrido de parceiros - diferentes setores do governo estadual, governos municipais, empresas, institutos e fundações, ministério público, organismos internacionais - vem atuando, guiado pelo mesmo sonho de melhorar os resultados educacionais do Pará.

Foram quase três anos de trabalho duro, enfrentando greves, falta de confiança, ceticismo, pessimismo, desistências, início de desânimo. Por tudo isto, a divulgação do Ideb 2015 foi tão importante. Em primeiro lugar, permitiu uma comparação entre 2013 (ano de lançamento do Pacto) e 2015, tornando-se o primeiro indicador de progresso da iniciativa.

Em segundo lugar porque propiciou uma comparação nacional deste progresso. Aleluia! Temos muito o que comemorar! A educação pública do Pará cresceu em todos os níveis e séries avaliados pelo Ideb 2015.

Os anos iniciais do Ensino Fundamental - 4ª série e 5º ano - registraram um Ideb de 4,3, atingindo a meta proposta pelo MEC para o ano de 2017. O crescimento de 0,5 entre 2013 e 2015 foi suplantado apenas por 3 estados: Ceará (0,7), Alagoas e Maranhão (0,6).

Nos anos finais - 8ª série e 9º ano -, o crescimento da rede pública (0,2) corresponde à média nacional, representando uma reversão da tendência descendente nos últimos anos de avaliação do Ideb (2011 e 2013).

No Ensino Médio, etapa em que a média nacional das redes estaduais encontra-se estacionada desde 2009, e na qual registraram-se decréscimos em estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rondônia, ocorreram no Pará avanços significativos. Houve uma reversão da tendência de baixa, e um aumento significativo do IDEB, da ordem de 0,3, superado apenas por 2 estados: Amazonas (0,5) e Rio Grande do Sul (0,4).

Enfim, os resultados do Ideb 2015 parecem demonstrar que, quando existe mobilização em torno de objetivos e metas comuns; quando se integram os esforços de profissionais da educação, alunos, familiares, empresários e sociedade; afinal, quando se juntam todos em torno do mesmo sonho, esse sonho torna-se alcançável.

Como o Pará parte de um patamar muito baixo de resultados, estes avanços servem como combustível para manter a crença de que o sonho é possível, mas que seu alcance demanda ainda muito esforço, mobilização e gestão competente. Vamos arregaçar as mangas para que em 2017 possamos realmente comemorar o sucesso desta Parceria de Impacto Social.

■ **Wanda Engel é PHD em Educação pela PUC Rio e diretora do Instituto Synergos no Brasil.**

jotabest1961@gmail.com



josé roberto de toledo

Os bons de caixa

Há duas maneiras de medir as chances de um candidato na campanha eleitoral de prefeito: pesquisas de intenção de voto e dinheiro arrecadado. Em ambas, quanto mais altos os valores, obviamente melhor. Estar bem em só um dos quesitos não garante nada, mas ter números elevados em ambos aumenta a possibilidade de o candidato ir ao segundo turno e, eventualmente, até eleger-se no primeiro. Poucos candidatos conseguem essa combinação, porém.

Prefeito mais bem avaliado das capitais - junto com sua colega de Boa Vista -, ACM Neto (DEM) lidera a disputa em Salvador com 60 pontos de vantagem sobre a segunda colocada no Ibope. Mas não só. O candidato à reeleição arrecadou até agora 5 vezes mais do que a soma angariada por todos os seus adversários juntos. Isso porque R\$ 3 de cada R\$ 4 de sua campanha vieram do DEM. Os R\$ 2,5 milhões foram o maior investimento do partido, por ora.

O PMDB fez a mesma coisa com seu candidato a prefeito do Rio de Janeiro, mas sem o mesmo sucesso. Pedro Paulo (PMDB) é quem mais arrecadou até agora entre as centenas de milhares de políticos e aspirantes que disputam as eleições deste ano: R\$ 7,3 milhões. Metade do dinheiro veio do seu partido, que tenta manter a hegemonia na cidade e no Estado. Não está fácil: no Ibope, Pedro Paulo subiu e se embolou com

outros quatro candidatos no segundo lugar, mas tem que suar para garantir lugar no segundo turno.

O PMDB despejou quase quatro vezes mais recursos por enquanto em seu pesado candidato carioca do que em Marta, ex-Suplicy. No entanto, a candidata do partido em São Paulo aparece em segundo lugar no Ibope e subindo, com boas chances de ir ao segundo turno até o momento. Ela aparece em segundo lugar também na arrecadação, logo atrás do tucano João Doria, mas já à frente do líder nas pesquisas, Celso Russomanno (PRB).

A ultrapassagem de Marta sobre Russomanno na arrecadação é um fato de campanha relevante. O candidato do PRB saiu na frente nas pesquisas e também na arrecadação - graças à generosa doação inicial de seu partido -, mas acabou suplantado em grana por causa das doações à peemedebista feitas por empresários amigos do marido de Marta, como Ivan Correa de Toledo Filho, e de amigos do presidente Michel Temer, como José Yunes.

Já Doria lidera na caixa porque, além das doações do PSDB, é autofinanciado. O tucano é o segundo que mais tirou dinheiro do bolso até agora (R\$ 1,6 milhão) entre todos os candidatos, atrás apenas do atual prefeito de Palmas (TO), Carlos Amastha (PSB), que concorre à reeleição (está empatado em primeiro lugar no Ibope) e já investiu

R\$ 1,9 milhão na própria campanha.

As diferenças de recursos e pontos no Ibope entre os peemedebistas Marta e Pedro Paulo mostram que, embora exista uma correlação entre dinheiro e desempenho eleitoral no Brasil, ela não é automática - principalmente no começo da campanha, quando ainda não está claro quem são os favoritos, e os investidores estão esperando para avaliar em quem apostar suas fichas.

A medida que as pesquisas vão mostrando quem está subindo e quem está caindo, é de se esperar que as doações comecem a favorecer os líderes (ainda que isso fosse mais natural quando havia doações empresariais). Daqui até a eleição, vale comparar as curvas de arrecadação e de intenção de voto dos candidatos. Quanto mais sobrepostas estiverem, mais consistentes tendem a ser seus movimentos - seja de ascensão, seja de estagnação.

Sob esse aspecto, o quarto lugar de Fernando Haddad (PT) no Ibope em São Paulo é tão ruim quanto seu quarto lugar em arrecadação na cidade - especialmente levando-se em conta que ele é o atual prefeito. Mais difícil, só a situação de candidatos sem dinheiro nem tempo de propaganda, como Luiz Erundina (PSOL), que caiu no Ibope após o horário eleitoral.

■ **Por José Roberto de Toledo é jornalista.**

O futuro e os medicamentos

LUIZ CARLOS SILVEIRA MONTEIRO

O envelhecimento acelerado da população brasileira nas próximas décadas impõe medidas imediatas como forma de atender às demandas futuras de saúde dos brasileiros. O setor farmacêutico, por exemplo, deve ser visto como essencial para garantir acesso a medicamentos mais baratos e inovadores para a população. As estimativas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que a população acima de 60 anos deverá mais do que triplicar nos próximos 20 anos, com avanço das chamadas Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como diabetes, hipertensão arterial, artrite e problemas cardíacos, entre outras, tipicamente de países desenvolvidos.

Diante desse panorama de forte expansão da demanda por remédios, as regulamentações do setor devem ser revistas com urgência como forma de criar um ambiente que estimule o aumento da produção de medicamento e investimentos em pesquisa em novos fármacos. Esse é um setor altamente competitivo e que depende de grandes aportes financeiros em pesquisa e desenvolvimento em produtos. Os chamados medicamentos genéricos, por exemplo, foram essenciais para a indústria brasileira do setor, com crescimento de 343% no volume de vendas desde 1999 até hoje em dia.

Mas precisamos ganhar agilidade para não perder oportunidades e soluções para aqueles que precisam de novos fármacos. A morosidade na aprovação de novos medicamentos é um dos entraves que precisamos ter soluções prioritárias. Ainda hoje, a concessão de patentes demora três a quatro vezes mais do que em outros países, como Coreia do Sul e Estados Unidos. Além de inibir os investimentos por parte da indústria, a falta de um ambiente regulatório ágil afeta diretamente a população, que fica sem atendimento por fármacos biotecnológicos capazes de oferecer tratamento para doenças cada vez mais complexas.

Na outra ponta, precisamos promover o acesso da população aos medicamentos. A criação do Programa Farmácia Popular foi um importante avanço para a saúde no país, mas outras medidas precisam ser adotadas. A compra de remédios ainda é um dos maiores gastos com saúde das famílias brasileiras contribuindo para o adiamento e até mesmo a suspensão do tratamento por falta de recursos financeiros. No país, os fármacos ainda têm uma carga tributária de quase 40%, enquanto Holanda, Bélgica, França, Portugal, Suíça e Itália adotam no máximo 10% em tributos e a média mundial fica em 6%.

Outra iniciativa de sucesso vem das empresas de PBM (Programa de Benefício de Medicamentos), que atendem companhias com a oferta de planos de medicamentos, garantindo subsídios de até 100% para a compra de remédios para seus colaboradores. Isso garante o tratamento dos trabalhadores e seus familiares e diminui os custos de saúde para a própria empresa, reduzindo os índices de absenteísmo.

O setor merece atenção especial das autoridades brasileiras para continuar crescendo e oferecendo soluções que vão ao encontro das demandas da população. O fortalecimento da cadeia farmacêutica no país vai contribuir para que os remédios não pesem no bolso do consumidor.

■ **Luiz Carlos Silveira Monteiro é presidente da PBMA (Associação Brasileira das Empresas Operadoras de PBM)**